

# Opinião do GLOBO

## OCDE melhora posição do país na globalização

*Brasil se tornar membro pleno da organização traz vantagens, mas também implica obrigações*

**A**spiração ao apoio dos Estados Unidos à entrada integral do Brasil na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) gerou grande frustração depois da visita do presidente Bolsonaro e grande comitiva à Casa Branca, em março do ano passado, no terceiro mês de seu mandato, quando ficou explícita a intenção brasileira de demonstrar uma proximidade pessoal com Trump que não havia. Bolsonaro retornou confiante no aval imediato de Trump à promoção do Brasil na instituição que congrega as economias mais desenvolvidas, e de que o país participa lateralmente.

No fim de agosto, a frustração foi acrescida do apoio formal do governo de Trump apenas à entrada de Argentina e Romênia na entidade. A época, a reafirmação da Casa Branca de que continuava a desejar a entrada do Brasil na Organização pareceu formalismo diplomático.

Participar ou não da OCDE tam-

bém é questão contaminada por ideologia. Durante os 13 anos do ciclo lulopetista, esta aspiração foi congelada. É emblemático que o apoio americano à Argentina, anunciado quando o presidente era Mauricio Macri, de centro direita, haja sido colocado em segundo plano pelo sucessor de Macri, Alberto Fernández, peronista, que tem a ex-presidente Cristina Kirchner, à esquerda, como vice. Isso deve ter estimulado a Casa Branca a enfim formalizar o apoio a que o Brasil faça parte da organização.

Atuar de forma plena na entidade implica compromissos que, ao serem assumidos e cumpridos, melhoram a percepção do país no mundo. O que se traduz em redução da taxa de risco cobrada nos investimentos externos, por exemplo. Na perspectiva da sociedade e do Estado brasileiros, assentados numa Constituição republicana, ser da OCDE cria blindagens contra ações internas deletérias.

A adequação dos países a boas prá-

ticas observadas pela instituição. Há pouco, em Davos, o ministro da Economia, Paulo Guedes, depois de confirmar a adesão do país ao Acordo de Compras Governamentais, da Organização Mundial do Comércio (OMC), por exemplo, ressaltou o aspecto da ética nesses negócios. Ao aderir ao acordo, que abremecados no exterior à entrada de empresas brasileiras em concorrências para o fornecimento de bens e serviços a outros governos, com a contrapartida de o Brasil fazer o mesmo, o país é obrigado a adotar antidotos anticorrupção neste setor. Como se sabe, há nesses negócios um amplo espaço aberto a propinas.

Aderir a tratados e organizações globais implica alinhamentos internos. É importante que o governo Bolsonaro entenda o passo que dará, rumo a menos intervenções do Estado na economia em geral. Se houver seriedade do governo brasileiro, a OCDE pode ajudar no salto de desenvolvimento que se espera desde a proclamação da República.

## O descuido com a crise fiscal na equiparação salarial de professores

*Liminar concedida por Toffoli ao PSD eleva folha de universidades públicas e cria pressão de gastos*

**H**á situações que só podem ocorrer em um país como o Brasil, no qual existe um emaranhado de leis e normas que constituem um arcabouço jurídico destinado a favorecer grupos com acesso privilegiado ao Legislativo, ao Judiciário e ao Executivo.

O fato isolado de um ministro do Supremo em uma penada equiparar salários de categorias inteiras do funcionalismo, sem qualquer outra preocupação além do cumprimento do formalismo de regras autárquicas, faz sentido nessas circunstâncias. Uma equiparação salarial que pode se propagar como ondas portada a máquina burocrática, gerando um custo inenunciável para o contribuinte.

Em seu pleito no Supremo, durante o atual recesso do Judiciário, o presidente da Corte, ministro Dias

Toffoli, concedeu liminar ao pedido feito por ação do PSD para que não haja diferença entre salários de professores universitários federais estaduais. O nivelamento será feito considerando-se a remuneração mais elevada, por óbvio.

Passa, então, a valer o teto de R\$ 39 mil, o salário de ministro do STF, limite que vigora para a União. Valor acima da remuneração, por exemplo, dos governadores dos dois maiores estados, São Paulo e Rio de Janeiro.

No primeiro, João Doria recebe R\$ 23 mil e, no Rio, Wilson Witzel tem salário de R\$ 19 mil, valores que funcionam como teto para o funcionalismo dos respectivos estados. Mas, com a penada de Dias Toffoli, professores de estabelecimentos paulistas (USP e Unicamp) e fluminenses (UERJ, Uerl), por exemplo, poderão ultrapassar os tetos regionais.

Neste campo de reivindicações corporativistas não há espaço para a meritocracia. Vale a aplicação rígida da chamada isonomia salarial, em que se passa longe da preocupação com a qualidade profissional de cada um.

Não há estímulo ao aperfeiçoamento pessoal, e a população paga um preço na forma de serviços de uma qualidade que poderia ser melhor caso não houvesse estabilidade no emprego e existisse um sistema de remuneração por mérito.

Como sempre nessas decisões sobre salários do funcionalismo e suas corporações, não se leva em conta a capacidade de o contribuinte pagar a conta.

E em meio a essa grave crise fiscal de que se tem registro, agravada pelo fato de uma bem-vinda inflação baixa impedir manobras financeiras de governos para financiar déficit de maneira artificial.

### GRUPO GLOBO

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**  
PRESIDENTE: Roberto Iriarte Marinho  
VICE-PRESIDENTES: João Roberto Marinho e José Roberto Marinho  
PRESIDENTE EXECUTIVO: Jorge Nóbrega

### O GLOBO

**DIRETOR-GERAL:** Frederico Zogbi Kacher  
**DIRETOR DE REDAÇÃO E EDITOR RESPONSÁVEL:** Alan Gripp

**EDITORES EXECUTIVOS:** Maria Fernanda Delmas (Coordenadora), Alessandro Mann, André Miranda, Fernando Götts, Flávio Barbosa e Pedro Paulo Lobo  
Rua Marquês de Pombal 25 - Cidade Nova - Rio de Janeiro, RJ CEP: 20.220-940 - Tel.: (21) 2534-5000 Fax: (21) 2534-5005

### Princípios editoriais do Grupo Globo [http://globo.br/pr\\_edit](http://globo.br/pr_edit)

**EDITORES**  
**Paulo Thiago Prado** - [thiago.prado@globo.com.br](mailto:thiago.prado@globo.com.br) | **Rita Gabriela Collier** - [gabriel@globo.com.br](mailto:gabriel@globo.com.br) | **Roseline Luciana Rodrigues** - [roseline.luciana.rodrigues@globo.com.br](mailto:roseline.luciana.rodrigues@globo.com.br) | **Marcelo Cláudio Antunes** - [claudio.antonio@globo.com.br](mailto:claudio.antonio@globo.com.br) | **Sociedade Eduardo Grac** - [eduardo.grac@globo.com.br](mailto:eduardo.grac@globo.com.br) | **Segundo Caldeira** - [segundo.caldeira@globo.com.br](mailto:segundo.caldeira@globo.com.br) | **Expósito** - [marcelo.expósito@globo.com.br](mailto:marcelo.expósito@globo.com.br) | **Felipe André Sacramento** - [fsacramento@globo.com.br](mailto:fsacramento@globo.com.br) | **Ribe Eduardo** - [eduardo.ribeiro@globo.com.br](mailto:eduardo.ribeiro@globo.com.br)  
**Olybio Alkio Marinho** - [alkio.marinho@globo.com.br](mailto:alkio.marinho@globo.com.br) | **Alencar e Qualificação Wilson Hiedl Filho** - [wilson.hiedl@globo.com.br](mailto:wilson.hiedl@globo.com.br)

**SUPLENTE**  
**Rita Wagner** - [ritawagner@globo.com.br](mailto:ritawagner@globo.com.br) | **Beto Sten** - [steno@globo.com.br](mailto:steno@globo.com.br) | **Micaela Carraro** - [micaela.carraro@globo.com.br](mailto:micaela.carraro@globo.com.br) | **Bárbara Milioni** - [barbara.milioni@globo.com.br](mailto:barbara.milioni@globo.com.br)  
**SUBSTITUIÇÃO**  
**Bruna Paula** - [brunapaula@globo.com.br](mailto:brunapaula@globo.com.br) | **São Paulo** - [sao.paulo@globo.com.br](mailto:sao.paulo@globo.com.br) | **Maria Carolina** - [maria.carolina@globo.com.br](mailto:maria.carolina@globo.com.br)

### ATENÇÃO AO ASSALTIANTE

[www.portaldosassinante.com.br](http://www.portaldosassinante.com.br)  
Ou pelos telefones:  
4002-5300 (capitais e grandes cidades)  
0800-0238433 (demais localidades)  
De 2ª a 6ª feia, das 10h às 19h, e aos sábados, domingos e feriados, das 7h às 20h. Twitter: @Assinante, @OZOO.  
Facebook: facebook.com/assinante.

**ASSINATURA MENSAL**  
com envio automático no cartão de crédito ou débito automático em conta corrente (grupos de segurança à disposição) para R\$: R\$ 39,95 (R\$ 29,90) (R\$: R\$ 149,50) (R\$: R\$ 299,00)  
cobranças em domicílio.  
**VENDA EM BANDA**  
Diários: R\$ 39,95 ES (R\$: R\$ 500) Demais estados: R\$ 6,00  
Domingo R\$. 39,95 ES (R\$: R\$ 700) Demais estados: R\$ 30,00  
Cópia íntegra assinada em 2020.

**FALE COM O GLOBO:**  
Fale (21) 2534-5000 Classifique (21) 2534-4333 Assinaturas 4002-5300 ou [globo.com.br/assine](http://globo.com.br/assine)  
**AGÊNCIA O GLOBO DE NOTÍCIAS:** Venda de noticiário: (21) 2534-4333 Jornais de Bairro: (21) 2534-5777 Papeiras: (21) 2534-2001  
**PUBLICIDADE:** Notícias: (21) 2534-4300 Classificados: (21) 2534-4333 Jornais de Bairro: (21) 2534-4355 Mídia, rádios e Internet: (21) 2534-4333. Fale nos fins de semana e feriados: (21) 2534-9500.



## Artigos

[globo.globo.com/opinio/](http://globo.globo.com/opinio/)  
[carta@globo.com.br](mailto:carta@globo.com.br)

### MERVAL PEREIRA



[globo.globo.com/tags/mervalpereira](http://globo.globo.com/tags/mervalpereira)  
[editoria.artigos@globo.com.br](mailto:editoria.artigos@globo.com.br)



## Açaí e a bioeconomia

**T**ão importante quanto o combate à criminalidade ligada ao desmatamento na Amazônia é a avaliação que se pode fazer hoje de seus resultados econômicos e socioambientais, na análise do especialista em meio ambiente e professor da USP Ricardo Abramovay. Existem várias propostas de políticas sustentáveis, que preservem a floresta e gerem riqueza para a população da região. Muitas estão no Congresso, outras em trabalhos acadêmicos.

O Instituto Escolhas, que desenvolve estudos e análises sobre economia e meio ambiente, e tem em seu Conselho, entre outros, o próprio Abramovay e a ex-ministra do Meio Ambiente Izabella Teixeira, lançou o estudo sobre Bioeconomia e Zona Franca de Manaus.

A proposta é um modelo de desenvolvimento econômico que integre a atual vocação da Zona Franca de Manaus (AM) e seu parque industrial à inovação tecnológica e ao uso sustentável da biodiversidade amazônica.

Em vez de subsidiar a produção industrial, como faz atualmente, o governo poderia estimular investimentos em novos negócios, sobretudo naqueles voltados ao aproveitamento sustentável da biodiversidade local — a bioeconomia.

Com pouco mais de R\$ 7,15 bilhões investidos em infraestrutura física ao longo de dez anos — ou seja, menos de um terço do incentivo fiscal anual dado à ZFM —, a criação de empregos diretos e indiretos pode chegar a 218 mil vagas.

O professor Raoni Rajão da UFMG, comparando a área e a produção de soja e de açaí no Pará entre 1996 e 2015, mostra que a fruta brasileira tem rendimento por hectare muito maior que o da soja.

Embora seja um produto consumido fundamentalmente na Amazônia, existe hoje uma cadeia global de açaí na casa das centenas de milhões de dólares. Para Abramovay, uma das bases para a exploração sustentável destes produtos é justamente unidade entre trabalho científico e a própria cultura material dos povos da floresta.

Um dos mais emblemáticos exemplos desta junção, analisa, é a Rede de Sementes do Xingu, organizada pelo Instituto Socioambiental. Populações indígenas e ribeirinhas coletam sementes que são selecionadas por técnicos da EMBRAPA e do Instituto Socioambiental e vendidas a fazendeiros.

Mel, óleo de pequi, copaíba, borrhaca, castanha, são inúmeros os produtos de uso alimentar, farmacêutico e cosmético que a ciência, aliada aos povos da floresta, pode revelar e ajudar a explorar de maneira sustentável, diz Abramovay.

O selo Origens Brasil, que certifica estes produtos e já está em grandes cidades brasileiras, acaba de receber um importante reconhecimento internacional por parte da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO/ONU).

Já o professor da Uerj Ronaldo Seroa Motta resalta, com base em estudos, que é possível aumentar o valor da produção agrícola entre 79-105%, e o valor da produção pecuária em 27% sem ocasionar mais desmatamento.

Para reverter essa lógica do desmatamento, diz ele, é preciso destinar grande parte das terras devolutas para unidades de conservação, em particular para florestas nacionais, com objetivo de promoção do uso sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica.

Mais ousadamente, como diz, propõe a criação de Áreas de Agricultura Sustentável, situadas em parcelas da floresta que combinem menor relevância da biodiversidade, fora de corredores ecológicos, com alto grau de aptidão agrícola e acesso a infraestrutura de transporte.

Essas áreas seriam disponibilizadas gradualmente por leilão a agentes econômicos privados, e seu uso teria que obedecer a práticas sustentáveis de baixo impacto.

Há estudos, entretanto, adverte Ronaldo Seroa da Motta, que mostram que a renda sustentável da floresta em pé é espacialmente diferenciada, e somente 12% da área seria capaz de gerar rendimentos que competiriam com a agropecuária, mesmo de baixa produtividade.

Assim sendo, diz ele, não há como prescindir de pagamentos pela comercialização de créditos de carbono por redução de desmatamento, previsto no Acordo de Paris.

Mesmo com o preço modesto de US\$ 5 por tonelada de CO2, como foi contratado no Fundo Amazônia, poderiam gerar uma receita de US\$ 50 bilhões até 2025 através de fundos ou projetos liderados e coordenados por agências de desenvolvimento estaduais ou nacionais.



PRÉVIA: NÃO AUTORIZAMOS O USO DE CADA FOLHA DO DOCUMENTO SEM A AUTORIZAÇÃO DO PRESSREADER